

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2023**

**PROCESSO Nº 102/2023**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 3.311/2023**

**JOSE RUAN HERBSTRITH DE LARA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 30.710.868/0001-46, com sede na Rua Independência nº 293, apto 01, bairro Centro, em Santana da Boa Vista/RS, CEP: 96590-000, através de seu representante legal **JOSE RUAN HERBSTRITH DE LARA**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 016.223.550-08, portador da Carteira de Identidade nº 1091798452, residente e domiciliado na Rua Elgar Carlos Hadler, nº 1814, bloco 01, apto 302, bairro São Gonçalo, em Pelotas/RS, CEP: 96085-357, na forma da Legislação Vigente vem apresentar **RECURSO CONTRA A INABILITAÇÃO DESTA EMPRESA NO PROCESSO EM EPÍGRAFE.**

**DOS FATOS:**

Trata-se de Edital para contratação de EMPREITADA GLOBAL - OBRA DE FINALIZAÇÃO DO PRÉDIO DO PELOTÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CANGUÇU.

Dispõe o Edital no Item 5.3 sobre a Qualificação Técnica:

5.3.1 Atestado de capacitação técnico-profissional em nome de responsável técnico que possua vínculo com a empresa, registrado no conselho competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando que a licitante executou satisfatoriamente objeto com características compatíveis à parcela determinada como de maior relevância na presente licitação, pode-se considerar como a parcela mais relevante para execução do projeto a parte relativa a estruturas em concreto armado.

a) De acordo com os grupos de atividades dos Arquitetos e Urbanistas do CAU, pode-se classificar a parcela mais relevante como: estruturas em concreto armado.

b) Quanto aos quantitativos mínimos, devem ficar em 35% das quantidades previstas.

5.3.2 A comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a licitante prevista no item anterior poderá ocorrer por meio da apresentação de:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

b) Ato constitutivo, contrato social ou estatuto social da empresa;

**RUA INDEPENDÊNCIA Nº 293, APT 01, BAIRRO CENTRO, CEP 96.590-000, SANTANA DA BOA VISTA – RS**

**TELEFONE: (53) 9 – 9958 – 3323**

**E-MAIL: ruanh.engenharia@gmail.com**

c) Contrato de prestação de serviços;

Dispõe a Ata de Habilitação que:

*(...)A Comissão Julgadora após o parecer técnico em anexo referente a qualificação técnica decide pela inabilitação da empresa JOSE RUAN HERBSTRITH DE LARA”(...)*

Junto à ata constou o parecer técnico que dispôs:

Ainda neste Edital, item Nº 5.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, 5.3.1 Atestado de capacitação técnico-profissional em nome de responsável técnico que possua vínculo com a empresa, registrado no conselho competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando que a licitante executou satisfatoriamente objeto com características compatíveis à parcela determinada como de maior relevância na presente licitação. Nesta licitação, pode-se considerar como a parcela mais relevante para execução do projeto, a parte relativa a estruturas em concreto armado.

a) De acordo com os grupos de atividades dos Arquitetos e Urbanistas do CAU, pode-se classificar a parcela mais relevante como: estruturas em concreto armado.

b) Quanto aos quantitativos mínimos, devem ficar em 35% das quantidades previstas. Sobre os serviços a serem executados na obra de Finalização do Prédio do Pelotão do Corpo de Bombeiros de Canguçu resumidamente, temos: - Estruturas de concreto armado, pilares, vigas, vergas e contra-vergas; - Pisos e pavimentações; - Alvenarias e revestimentos; - Instalações elétricas; - Instalações hidráulicas; - Instalações telefônicas; - Esquadrias; - Pintura; - Estrutura metálica e cobertura;

Considerando os Atestados apresentados pela empresa, pode-se verificar que os mesmos se referem as seguintes atividades:

- Execução de PPCI - Plano de Prevenção Contra Incêndio;
- Execução de Instalações elétricas de baixa tensão;
- Execução de Iluminação de emergência;
- Execução de Detecção de Incêndio;
- Execução de Sinalização de emergência;
- Execução de Saídas de emergência;

- Execução de Estrutura metálica – Corrimãos;
- Execução de Estrutura Metálica – Guarda Corpo;
- Laudos Técnicos;
- Execução de fechamento de área com cerca em tela soldada e pilares de concreto pré-moldado;
- Execução de Instalações hidráulicas (Hidrantes/Sprinklers);
- Execução de SPDA;
- Execução de Alarme de incêndio.

Após a análise dos atestados apresentados, entendo que os mesmos não satisfazem a exigência do Edital em seu item 5.3, que determina como parcela de maior relevância a execução de estruturas de concreto armado, tendo percentual de parâmetro de 35%.

Para haver enquadramento devem ser apresentados atestados relativos a execução de estruturas de concreto armado, execução de alvenaria e revestimentos, execução de instalações hidrossanitárias prediais, execução de instalações prediais de águas pluviais, execução de instalações elétricas, pavimentação e pintura, ou seja, atestados comprovem a execução de obras com as etapas apresentadas no cronograma da referida licitação.  
(Grifei).

Diante o parecer apresentado, a recorrente solicitou através do Tramitação 1- 1.828/2023, a memória de cálculo que fez a avaliadora técnica concluir pela ausência de capacidade técnica, expondo o que segue:

Solicito a memória de cálculo utilizada pela técnica onde chegou ao quantitativo inferior a 35% de estruturas de concreto armado previstas no objeto da licitação, afim de fundamentar o recurso.

Peço urgência no envio, uma vez que o prazo começa amanhã e se trata de documento que faz parte da decisão proferida.

Ainda, na tramitação 3 solicitou também a cópia integral do processo.

Em resposta, na Tramitação 6, expos a Procuradora do Município que:

À requerente,



Em atenção ao pedido apresentado, esclareço que o parecer técnico já foi disponibilizado à empresa conforme despacho inaugural.

Em relação à cópia digitalizada integral do processo licitatório, informo que o mesmo se refere a uma concorrência pública disciplinada pela Lei n 8666/93, portanto tramitando em meio físico, estando os autos à disposição para consulta ou cópia pela empresa no setor de compras e licitações que funciona junto à Secretaria Municipal da Fazenda. Outrossim, as peças digitalizadas estão disponíveis no site da Prefeitura na parte que trata desta licitação.

Em resposta, a recorrente informou na Tramitação 7 que:

Foi disponibilizado o parecer técnico, mas não consta a memória de cálculo que fundamentou o parecer.

Assim sendo, reiteramos o pedido de disponibilização da memória de cálculo que chegou a conclusão disposta no parecer.

Na Tramitação 9 a Engenheira Civil dispôs:

A empresa JOSE RUAN HERBSTRITH DE LARA apresentou quatro atestados de qualificação técnica, sendo que, destes apenas um mencionava a execução de estruturas de concreto armado.

Considerando o próprio Atestado de Responsabilidade Técnica apresentado temos:

1. Contrato nº 87/2020: oriundo da Licitação Tomada de Preços nº 05/2020 para Aquisição de Materiais e Serviços (Telas, postes, arames e portões) para fechamento de áreas e edificações pertencentes ao Município de Santana da Boa Vista - RS.

Considerando que não há previsão para formas de madeira, armadura e lançamento de concreto, entendo que se trata da aquisição de estrutura de concreto pré-moldada (**postes**), estando em desconformidade com o tipo de serviço proposto. Portanto, em relação à estrutura de concreto armado executada em obra, não existe comprovação nos atestados apresentados.

Nesse sentido, pode-se verificar que o Município deixou de apresentar a memória de cálculo solicitada pela recorrente.

Ocorre, que a análise técnica concluiu, com base tão somente em seu entendimento, que os atestados apresentados pela recorrente não representavam a qualificação técnica exigida no edital.

Assim dispôs a recorrente na Tramitação 10 que:

Para isso são passíveis diligências. O entendimento não pode ser deduzido e sim comprovado. Por exemplo, poderia ter sido solicitado o projeto onde consta a armadura

das vigas e postes que foram utilizados para a execução da obra e todos demais esclarecimentos que se julgassem necessários.

Com base nesse último despacho, solicitamos a reconsideração da análise, e a realização das diligências necessárias. Ficamos no aguardo de retorno.

Na Tramitação 11, têm-se a resposta técnica que dispõe:

Ao que tange a apresentação dos documentos, cabe a empresa apresentar a documentação solicitada via edital que julgar necessária, não sendo função do analista a solicitação de quais quer documentos, sob pena de ferir o princípio da Impessoalidade. Tendo isso claro, informo que foram analisados os atestados apresentados que em sua maioria tratam de execução de PPCI. O atestado que menciona estruturas de concreto armado, trata de aquisição de material e serviço. Objeto visivelmente divergente do serviço contido na planilha orçamentária, onde expressamente solicita como parcela mais relevante a execução de estruturas de concreto armado. Com os atestados apresentados não se faz necessário cálculo de porcentagens, visto que não se qualifica como o desejado no processo de licitação.

Por fim, apenas em caráter informativo à técnica e para constar registrado nas tramitações, a recorrente expôs:

A título informativo, em resposta ao parecer técnico, cumpre esclarecer, de forma técnica, que Execução de PPCI também é OBRA, inclusive engloba uma gama muito grande de serviços a serem realizados, muitas vezes de complexidade superior à vários outros tipos de obras. Na parte de saída de emergência por exemplo, tem-se desde necessidade de execução de escadas de aço, concreto armado, estruturas de fundações para sustentação de reservatórios de caixa d'água ou qualquer adequações pertinentes à execução do projeto de PPCI. O fato do atestado ser de execução de PPCI não quer dizer que não seja obra, assim é de responsabilidade do técnico avaliador, quando tiver dúvidas promover diligências, nos termos previstos na Lei de Licitações, e não julgar de maneira genérica e pessoal um atestado.

Outrossim, não há compras de estruturas prontas, nós temos um projeto e o edital da licitação, onde havia a necessidade de execução de vigas baldrame em todo o perímetro do cercamento e execução de postes de cercamento com estrutura de concreto armado nos referidos postes, para serem executados. A técnica avaliadora poderia ter solicitado diligência ao invés de entender sem embasamento técnico e documental que se tratavam de atestados incompatíveis.

Ainda, tanto os atestados são compatíveis e suficientes que em todas as outras obras que foram realizadas ou estão em andamento os atestados foram aceitos, com o mesmo atestado. Além do mais, os atestados foram inclusive utilizados nas licitações neste mesmo município em que esta empresa foi vencedora das licitações e executou obras de execução de quadras poliesportivas.



Por fim, a promoção de diligência é possível, além de ser dever do órgão licitante a sua promoção sempre que necessário, nos termos da Lei.

Desta forma, uma vez expostos os fatos, passamos as questões de direito a seguir.

#### **DO DIREITO:**

Primeiramente, vejamos que o edital dispõe que “pode-se considerar como a parcela mais relevante para execução do projeto a parte relativa a estruturas em concreto armado.” (...)

a) De acordo com os grupos de atividades dos Arquitetos e Urbanistas do CAU, pode-se classificar a parcela mais relevante como: estruturas em concreto armado. b) Quanto aos quantitativos mínimos, devem ficar em 35% das quantidades previstas.

Nesse sentido, podemos verificar que a avaliação técnica limitou-se tão somente ao seu entendimento próprio e pessoal e negou-se a proceder com quaisquer diligências.

Vejamos o que dispõe a legislação que fundamenta o edital:

Dispõe a Lei 8.666/93 em seu artigo 30:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Assim vejamos, que o edital contraria a Lei quando exige quantidades mínimas.

Entretanto, isso não é um problema à recorrente, haja vista que cumpre integralmente às exigências editalícias, como se demonstrará a seguir.

Dispõe o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal que:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

É de suma importância ainda, a menção da doutrina, que juntamente com a legislação promove a interpretação do Direito de forma ainda mais cristalina. Dispõe Marçal Justen Filho que "A expressão "qualificação técnica" tem grande amplitude e significado. Em termos sumários, consiste no domínio de conhecimento e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado."



Assim sendo, o objetivo do atestado é justamente comprovar que a empresa licitante possui capacidade técnica para determinadas atividades.

Posto isto, os atestados apresentados mostram-se suficientes para a capacidade técnica exigida no edital.

A técnica avaliou tão somente o Atestado com CAT 1899625, o referido atestado no próprio corpo, CAT e na ART constam:

ESTRUTURAS - CONCRETO ARMADO 27,25 m<sup>3</sup>

ESTRUTURAS - CONCRETO ARMADO 28,67 m<sup>3</sup>

ESTRUTURAS - CONCRETO ARMADO 15,78 m<sup>3</sup>

Total= 71,70m<sup>3</sup>

Ainda, o contrato, edital e projeto objeto do atestado mencionado, previram a execução de vigas baldrame in loco, não sendo pré-moldado. Não há qualquer possibilidade no edital e contrato, a previsão de pré-moldados, diferentemente do entendimento da técnica analista/avaliadora.

Na planilha orçamentária do edital consta:

1.2.3.	SINAPI	103672	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPa, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022	M3	11,40
1.2.4.	SINAPI	92522	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE LAJE MACIÇA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	285,00
1.2.5.	SINAPI	92480	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE VIGA, ESCORAMENTO METÁLICO, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	221,50
1.2.6.	SINAPI	92769	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1.443,50
1.2.7.	SINAPI	103675	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPa, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022	M3	40,00
1.2.8.	SINAPI	102013	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA ESCADAS, COM 2 LANCES EM "L" E LAJE PLANA, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 10 UTILIZAÇÕES. AF_11/2020	M2	17,00
1.2.9.	SINAPI	95945	ARMAÇÃO DE ESCADA, DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_11/2020	KG	67,50
1.2.10.	SINAPI	103686	CONCRETAGEM DE ESCADAS, FCK=25 MPa, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022	M3	3,00

Item: 1.2.3 = 11,40m<sup>3</sup>

Item: 1.2.7 = 40,00m<sup>2</sup>

Item: 1.2.10 = 3,00m<sup>3</sup>

Total= 54,4 m<sup>3</sup>

54,4 \* 35% = 19,04 m<sup>3</sup>

Vejamos então que a planilha orçamentária constante no edital possui 54,4 m<sup>3</sup> de concreto armado.



O edital determina que os atestados detenham 35% das quantidades previstas de estruturas em concreto armado, logo, exige-se que os atestados detenham 19,04m<sup>3</sup> de estruturas de concreto armado.

Com apenas um dos atestados apresentados pela licitante, tem-se 71,70 m<sup>3</sup> de concreto armado, ou seja, quantidade superior à quantidade total prevista na planilha orçamentária editalícia.

Portanto, apenas um dos atestados apresentados, o mesmo citado pela técnica que embasou a decisão de inabilitação é suficiente e superior às exigências previstas no edital. Assim sendo, a decisão deve ser reformada, para o fim de habilitar a empresa recorrente, pelas razões de fato e de direito expostas no presente.

Assim sendo, resta comprovada que a análise técnica foi realizada de forma equivocada quando a avaliadora não verificou que a exigência editalícia estava presente nos atestados, e ainda, bastando apenas um único para determinar a habilitação.

Outrossim, deve-se atentar para dois fatores de extrema importância ainda presentes neste processo licitatório:

- 1 – A PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIA A FIM DE VERIFICAR FATO ESTÁ PREVISTA EM LEI;
- 2 – A LICITANTE FOI A ÚNICA PARTICIPANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO.

Vejamos ainda, o entendimento do Tribunal de Contas da União:

De acordo com o **Acórdão 2.730/2015 – Plenário**, a promoção de diligência em face do atestado de capacidade técnica pode ter como finalidade tanto a complementação de informação ausente no documento como a confirmação da veracidade dos fatos nele descritos.

É importante ressaltar que a diligência pode ser feita junto à empresa ou ao emissor do atestado, ficando a cargo da comissão ou do pregoeiro decidir qual opção será mais rápida e segura.

Agora, observe-se o disposto na Lei 8.666/93:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Ocorre, no entanto, que de acordo com o entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União, o dispositivo legal não veicula uma simples discricionariedade ao gestor público, mas sim um verdadeiro dever de ação nas situações em que a diligência se mostrar necessária e adequada.

No entanto, no caso em tela, não houve sequer a observância da supremacia do interesse público, fator que por si só se veicularia a promoção de diligência no caso em tela.

Ademais, as exigências para além das estruturas de concreto armado citadas pela técnica em seu parecer, nada tem a ver com o previsto em edital e ferem o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que mais uma vez, demonstra que o parecer técnico não avaliou de forma fiel os documentos do processo licitatório, sejam eles, aqueles integrantes do edital bem como aqueles integrantes da fase de habilitação.

Por fim, importante ressaltar que a recorrente participou e logrou-se vencedora, neste Município, em outros processos licitatórios, e executou obras de quadras poliesportivas executadas em concreto armado com piso polido, ou seja, possuíam a mesma exigência técnica prevista no edital objeto deste recurso, logo, as características compatíveis com o objeto também são estruturas de concreto armado. Assim, mais uma vez, falha a decisão, quando a Administração possui em seus processos anteriores a comprovação da capacidade técnica da licitante, e neste momento, tem entendimento diverso e incompatível com os documentos apresentados e com as exigências do edital.

Diante do exposto, haja vista a regularidade com a habilitação da recorrente, REQUER-SE a procedência do presente para HABILITAR A EMPRESA JOSE RUAN HERBSTRITH DE LARA.

Nos termos em que,  
Pede e Espera deferimento.

Santana da Boa Vista/RS, 17 de abril de 2023.

JOSE RUAN  
HERBSTRITH DE  
LARA:30710868000146

Assinado de forma digital por JOSE  
RUAN HERBSTRITH DE  
LARA:30710868000146  
Dados: 2023.04.17 20:32:53 -03'00'

JOSE RUAN  
HERBSTRITH DE  
LARA:01622355008

Assinado de forma digital por  
JOSE RUAN HERBSTRITH DE  
LARA:01622355008  
Dados: 2023.04.17 20:33:02  
-03'00'

**JOSE RUAN HERBSTRITH DE LARA**

CNPJ 30.710.868/0001-46

Neste ato representada por

Jose Ruan Herbstrith de Lara

CPF 016.223.550-08

*Claudia Carvalho*  
Advogada  
OAB RS 95.053